

Informe
anual
2020



Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro – CEG

Naturgy 

Informe
anual
2020



Informe
anual
2020

06

Demonstrações financeiras

- | 04 | Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020
- | 62 | Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
- | 66 | Parecer do conselho fiscal

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	311.191	24.369
Contas a receber de clientes ^(Nota 7)	462.940	542.762
Estoques	3.008	3.132
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	27.963	45.372
Partes relacionadas ^(Nota 10)	717	498
Cessão de crédito	633	9.090
Outras contas a receber	7.398	6.325
	813.850	631.548
Não circulante		
Ativos fiscais diferidos ^(Nota 9)	268.602	258.483
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	1.631	38.157
Depósitos judiciais ^(Nota 12)	84.665	82.011
	354.898	378.651
Investimentos	380	380
Intangível ^(Nota 13)	2.228.950	2.225.535
Ativo direito de uso ^(Nota 14.1)	14.148	9.409
	2.598.376	2.613.975
Total do ativo	3.412.226	3.245.523

	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores ^(Nota 15)	287.202	386.822
Obrigações por arrendamento ^(Nota 14.2)	4.231	4.754
Empréstimos e financiamentos ^(Nota 16)	415.629	101.395
Obrigações trabalhistas	8.922	9.112
Tributos a recolher ^(Nota 17)	131.432	128.366
Obrigações com fundo de pensão ^(Nota 20)	75.121	64.949
Contas a pagar a partes relacionadas ^(Nota 10)	1.614	29.976
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio ^(Nota 10)	88.066	232.355
Demais contas a pagar	10.789	14.307
	1.023.006	972.036
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos ^(Nota 16)	759.511	898.223
Obrigações com fundo de pensão ^(Nota 20)	175.187	212.769
Obrigações por arrendamento ^(Nota 14.2)	11.028	4.845
Provisão para contingências ^(Nota 21)	249.385	244.614
	1.195.111	1.360.451
Total do passivo	2.218.117	2.332.487
Patrimônio líquido ^(Nota 19)		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	642.197	384.565
Outros resultados abrangentes	(94.742)	(118.183)
Total do patrimônio líquido	1.194.109	913.036
Total do passivo e patrimônio líquido	3.412.226	3.245.523

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receita líquida ^(Nota 19)	2.182.934	2.733.385
Custo do serviço prestado ^(Nota 20)	(1.933.335)	(2.459.522)
Lucro bruto	249.599	273.863
Despesas de vendas, administrativas e gerais ^(Nota 22)	(49.286)	(77.203)
Outras receitas e despesas, líquidas ^(Nota 23)	(6.757)	(8.779)
Lucro operacional	193.556	187.881
Receitas financeiras	4.952	6.263
Despesas financeiras	(16.554)	(37.020)
Resultado financeiro, líquido ^(Nota 24)	(11.602)	(30.757)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	181.954	157.124
Imposto de renda e contribuição social - correntes ^(Nota 15.b)	(56.765)	(46.445)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos ^(Nota 15.b)	(542)	(637)
Lucro líquido do exercício	124.647	110.042
Quantidade de lote de mil ações em circulação	1.995.023	1.995.023
Lucro líquido básico por lote de mil ações	0,06248	0,05516

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	352.075	372.918
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/perda atuarial de fundo de pensão	23.441	(49.479)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	23.441	(49.479)
Total do resultado abrangente do exercício	375.516	323.439

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais
31 de dezembro de 2018	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	-	-
Instrumentos financeiros	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (abril/2019)	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (dezembro/2019)	-	-
Destinação do lucro		
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 328,00 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos propostos (R\$ 305,39 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2020)	-	-
31 de dezembro de 2019	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais (Nota explicativa nº 20)	-	-
Dividendos aprovados em AGOE (abril/2020)	-	-
Destinação do lucro		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 181,05 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 182,71 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2021)	-	-
31 de dezembro de 2020	644.460	2.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de lucros

Legal	Expansão	Reserva especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
126.241	526.874	-	79.292	-	(85.723)	1.293.338
-	-	-	-	372.918	-	372.918
-	-	-	-	-	(49.479)	(49.479)
-	-	-	-	(17.019)	17.019	-
-	(176.190)	-	(79.292)	-	-	(255.481)
-	(350.000)	-	-	-	-	(350.000)
2.652	-	-	-	(2.652)	-	-
-	-	-	-	(72.787)	-	(72.787)
-	-	-	-	(25.472)	-	(25.472)
-	-	-	254.988	(254.988)	-	-
128.893	684	-	254.988	-	(118.183)	913.036
-	-	-	-	352.075	-	352.075
-	-	-	-	-	23.441	23.441
-	-	254.988	(254.988)	-	-	-
-	-	-	-	(47.005)	-	(47.005)
-	-	-	-	(47.438)	-	(47.438)
-	-	-	257.632	(257.632)	-	-
128.893	684	254.988	257.632	-	(94.742)	1.194.109

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
<u>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</u>	<u>521.297</u>	<u>546.550</u>
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	134.296	128.097
Depreciação ativo direito de uso	4.694	4.395
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	49.037	61.339
Juros sobre arrendamento	935	1.218
Custos amortizados no período	2.539	(3.680)
Atualização monetária sobre depósito judicial	2.464	4.038
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	(3.969)	9.347
Adições contingências	(7.947)	(28.541)
Atualização monetária contingências	12.718	7.229
Provisão para perdas de crédito esperadas	56.780	69.144
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	14	13
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	(565)	-
	772.293	799.149
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	23.042	(114.773)
Tributos a recuperar e diferidos	209.508	164.039
Estoques	124	(1.354)
Cessão de crédito	8.457	672
Demais contas a receber	(1.073)	(2.662)
Depósitos judiciais	(5.118)	(5.851)
Fornecedores	(99.620)	6.119
Obrigações trabalhistas	(190)	(227)
Tributos a recolher	(166.156)	(133.403)
Partes relacionadas	(28.581)	21.581
Demais contas e despesas a pagar	(9.939)	1.065
Caixa proveniente das operações	702.747	734.355
Juros pagos	(52.395)	(92.678)
Juros pagos arrendamento	(935)	(1.218)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(165.692)	(184.787)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	483.725	455.672
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(137.725)	(155.160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(137.725)	(155.160)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	-	(110.000)
Ingressos de empréstimos	212.199	206.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(232.311)	(546.645)
Amortização principal arrendamento	(3.208)	(4.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(23.320)	(454.849)
Aumento (diminuição) líquido(a) de caixa e equivalente de caixa	322.680	(154.337)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(11.489)	142.848
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	311.191	(11.489)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Vendas de gás e de serviços		
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	4.000.304	5.734.630
Outras receitas operacionais	12.641	14.341
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(107.867)	(95.595)
Não operacionais	229	311
	3.905.307	5.653.687
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(2.014.066)	(3.472.299)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(760.365)	(993.832)
	(2.774.431)	(4.466.131)
Valor adicionado bruto	1.130.876	1.187.556
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(138.990)	(132.492)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	991.886	1.055.064
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.917	66.072
Valor adicionado total a distribuir	1.007.803	1.121.136
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	61.743	63.968
Benefícios	16.131	17.937
FGTS	4.330	4.915
	82.204	86.820
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	311.965	310.169
Estaduais	147.591	223.962
Municipais	5.870	5.565
	465.426	539.696
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	106.408	117.447
Aluguéis	1.690	4.255
	108.098	121.702
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/capital próprio	47.005	89.807
Dividendos propostos	47.438	280.459
Lucros retidos	257.632	2.652
	352.075	372.918
Valor adicionado distribuído	1.007.803	1.121.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIU;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2021.

1.1. Deliberação AGENERSA

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenera) publicou no Diário Oficial do Estado a Deliberação 3.862/2019, que estabelece diretrizes para o novo marco regulatório para o mercado livre de gás no Rio de Janeiro. Com a divulgação, o estado passa a ser o primeiro do País a se enquadrar às novas regras da Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabeleceu diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural.

Os principais impactos fiscais sobre a nova operação é a incidência de ISS (Impostos sobre Serviços) apenas para a térmica instalada no município do Rio de Janeiro. Em relação ao ICMS não há mudanças significativas a respeito dos percentuais já praticados.

Vale destacar que, com a mudança da Deliberação 3.862/2019 referente a modalidade de venda para o mercado termelétrico, onde passou a ser considerado como cliente livre (ATR). Na condição de consumidor livre as termelétricas que anteriormente compravam o gás de uma distribuidora passaram a negociar o gás e comprá-lo diretamente a Petrobras, desta forma houve redução no volume de gás vendido pela Companhia, uma vez que anteriormente esta comprava o gás e o revendia (na condição de distribuidora), neste novo cenário a Companhia passou contudo a cobrar pelo transporte do gás por sua malha, uma vez que os cliente não estão diretamente conectados à Petrobras. Cabe ressaltar que não há impacto significativo no lucro bruto da Companhia, uma vez que esta cobra pelo serviço de transporte (que é seu core e onde sempre esteve sua margem) e agora não mais arca com o custo de compra do gás e risco de crédito sobre vendas de gás às termelétricas.

1.2. Impactos da Covid-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificando o surto da Covid-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos da Covid-19 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo, mas não se limitando à:

i) desempenho da demanda de gás; ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo e v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Com relação ao período analisado, o principal impacto observado, até 31 de dezembro de 2020, foi a redução na taxa de arrecadação do período, quando comparado ao mesmo período de 2019. Como medida a Companhia realizou uma provisão complementar da inadimplência.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

■ Criação do Comitê de Crise

A Companhia instituiu o Comitê de Crise Covid-19, que se reúne diariamente tendo em sua composição a integralidade do seu quadro diretivo. A proposta do Comitê é acompanhar em tempo real os principais indicadores (qualitativo e quantitativo) da Companhia possibilitando, se necessária, uma reformulação nas medidas adotadas.

■ Suspensão de cortes de fornecimento

Seguindo as determinações legais, em especial as normativas da Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento

de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Microempreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte por inadimplência do fornecimento de gás natural canalizado, abrangendo mais de um milhão de clientes. Os cortes serão realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida vale para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médico-hospitalares.

■ Redução de tarifas

A Companhia reduziu as tarifas de gás natural no Rio de Janeiro a partir de 1º de agosto de 2020, em função da redução do custo de aquisição do gás natural fornecido pela Petrobras. Os percentuais médios de redução na área da CEG (Região Metropolitana) serão em torno de 5,1% para o segmento residencial; 6,3% para o comercial; 13% a 17,5% para o industrial e 18,5% para GNV.

■ Ações solidárias

A Companhia busca participar com ações que podem gerar donativos para reduzir os impactos da Covid-19. Dentre as ações, realizamos campanha entre os funcionários, destinando os valores arrecadados para a compra e distribuição de EPIs para hospitais públicos, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e a Secretaria Estadual de Saúde. Os funcionários doaram, voluntariamente, uma parte do seu salário para a iniciativa. A empresa, por sua vez, contribuiu com um valor igual ao total arrecadado. Os hospitais beneficiados são: Hospital do Fundão, Hospital Getúlio Vargas, Hospital Souza Aguiar, Hospital Carlos Chagas, Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro e Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione.

■ Segurança para os clientes

O atendimento presencial nas agências físicas e móveis foi suspenso. Os clientes podem solicitar serviços por meio do nosso site www.minhanaturgy.com.br e pelas páginas no Facebook (facebook.com/naturgybrasil), Instagram (instagram.com/naturgybrasil) e Twitter (twitter.com/naturgybrasil). Solicitações de emergência continuam sendo atendidas pelo 0800-024-0197. Além disso, foi lançada campanha para aumentar a adesão de clientes para o débito automático e a fatura *on-line*.

■ Serviços essenciais

As áreas operacionais da Companhia, que atuam no monitoramento de toda a rede de gás canalizado, assim como equipes técnicas de atendimento, continuam trabalhando 24 horas por dia, mas com cuidados redobrados de higiene e seguindo os planos de contingência.

A estrutura de fornecimento de GNV aos postos segue normalmente, para atender aos profissionais de serviços essenciais que ainda precisam deslocar-se pela cidade.

■ Leitura facilitada

A Companhia lançou o serviço de leitura facilitada, com o objetivo de contribuir para a redução de circulação de pessoas em condomínios e casas; além de incentivar a procura pelos serviços *on-line*. A ideia é que o cliente faça a leitura do seu consumo diretamente no medidor e envie as informações por meio do portal Minha Naturgy.

■ Conexão Saúde

Desde o dia 16 de março, a Companhia iniciou, gradativamente, um regime de *home office* para todos os colaboradores que realizam atividades passíveis de realização à distância, iniciando pelos de maior vulnerabilidade: maiores de 60 anos, gestantes ou portadores de doenças crônicas. Desde o dia 23 de março, 94% dos funcionários já trabalham em regime de *home office*, com exceção daqueles que realizam atividades em que isso não é possível.

Viagens e reuniões presenciais foram suspensas. Funcionários que retornam de viagens nacionais ou internacionais são avaliados pela equipe médica da empresa e encaminhados para quarentena em suas residências por 14 dias, permanecendo monitorados.

Também adquirimos máscaras para os colaboradores que atuam em campo e estamos comprando testes de Covid-19 para colaboradores e seus familiares.

■ Campanha de vacinação contra a gripe

Os Colaboradores da Companhia foram convidados a participarem da campanha de vacinação contra a gripe que aconteceu em esquema de *drive-through* em nossa sede operativa.

■ Apoio psicológico

A Companhia lançou um canal gratuito (0800) de apoio à saúde emocional que funciona 24 horas, todos os dias da semana. O atendimento é feito por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais. Além de atender colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, o número telefônico também está disponível para dependentes (filhos e cônjuges) e pais. As ligações são sigilosas. A empresa parceira para os atendimentos é a Social Consultoria, uma das maiores do país, com 23 anos de atuação no mercado.

■ Café Virtual

Buscando compartilhar conhecimento sobre o momento da Companhia e as estratégias adotadas por ela, a Companhia promoveu um Café Virtual com a Direção com a participação da área de Saúde, no qual os colaboradores puderam tirar dúvidas sobre a Covid-19.

■ Acompanhamento *on-line*

Adicionalmente a Companhia vem fazendo um acompanhamento semanal da saúde física e mental dos colaboradores por meio de dois questionários *on-line* que são enviados sempre às segundas-feiras.

■ Live semanal com profissionais especializados

A Companhia vem realizando, semanalmente, transmissões ao vivo pelo YouTube com profissionais especializados em psiquiatria. Já foram abordados os temas “Preservando a saúde mental” e “Home Office seguro e saudável”, com dicas de questões ergonômicas e adoção de hábitos saudáveis.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota Explicativa nº 22.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Entidade.

2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.5.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa

que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.5.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.7. Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.10. Ativos intangíveis

i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 13.

iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota Explicativa nº 13).

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2020.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15. Benefícios a funcionários

a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota Explicativa nº 20).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19. Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20. Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.

A norma analisada pela Companhia foram:

- CPC 11 - Contratos de seguro
- IAS 1 - Classificação de passivo como circulante e não circulante

2.22. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* – entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influenciasse as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado alguns novos conceitos fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 130.888 (R\$ 202.933 em 31 de dezembro de 2019).

b) Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

c) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para

liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2020 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota Explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 209.156 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 340.488 em 31 de dezembro de 2019). Deste montante, R\$ 88.066 estão representados por dividendos e JCP a pagar aos acionistas da Companhia. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	421.879	581.415	229.812
Fornecedores	287.202	-	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	105.658	789.019	258.361
Fornecedores	391.576	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 863.949, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2020, indicava uma taxa SELIC em 1,90%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2020 (%)	1,90	1,90	1,90
Dívida líquida – bancos	863.949	863.949	863.949
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2020 (%)	2,00	2,50	3,00
Despesa financeira	864	5.184	9.503
IR e CS	(294)	(1.763)	(3.231)
Despesa financeira depois dos impostos	570	3.421	6.272

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos ^(Nota 16)	1.175.140	999.618
Menos: caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	(311.191)	(24.369)
Dívida líquida	863.949	975.249
Total do patrimônio líquido	1.194.109	913.036
Total do capital próprio e de terceiros	2.058.058	1.888.285
Índice de alavancagem financeira ^(%)	42%	52%

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap.

Em 31 de dezembro de 2020, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Apresentamos, a seguir, os principais instrumentos financeiros classificados por categoria:

	2020	2019
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nível 2)	311.191	24.369
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	462.940	542.762
Contas a receber de partes relacionadas	717	498
Demais contas a receber	7.398	6.325
Cessão de crédito	633	9.090
	782.879	583.044

	2020	2019
Passivos mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.175.140	999.618
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	88.066	232.355
Contas a pagar de partes relacionadas	1.614	29.976
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	287.202	386.822
	1.552.022	1.648.771

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	1.175.140	1.175.140	999.618	999.618
Total de captações	213.700	213.700	206.000	206.000
Total custo de captações	(1.501)		(3.866)	
Total de captações líquido	212.199		202.134	

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	-	12
Bancos	82.367	24.357
Aplicações financeiras (CDBs)	228.824	-
	311.191	24.369

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalente de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020:

	2020	2019
Caixa	-	12
Bancos	82.367	24.357
Aplicações financeiras (CDBs)	228.824	-
	311.191	24.369
Contas bancárias a descoberta ^(Nota 16)	-	(35.858)
Total	311.191	(11.489)

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou de suas linhas de financiamento disponíveis e resultou no valor de R\$ 35.858 de saldo à descoberto. (Nota Explicativa nº 16).

7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2020	2019
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	551.883	501.758
Do setor público	12.163	13.295
	564.046	515.053
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	127.975	199.231
Do setor público	2.913	3.702
	130.888	202.933
Vendas de equipamentos	9.173	9.163
	704.107	727.149
Provisão para perdas de crédito esperadas	(241.167)	(184.387)
	462.940	542.762
Circulante	462.940	542.762
	462.940	542.762

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2020	2019
A vencer		
Faturado	253.379	327.067
Não faturado	130.888	202.933
Vencidas		
Até três meses	122.164	102.068
De três a seis meses	22.927	9.392
Acima de seis meses	174.749	85.689
	704.107	727.149

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	31/12/2020	31/12/2019
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A Vencer	0,46%	0,70%
1 a 30 dias	2,85%	12,13%
31 a 60 dias	14,46%	30,86%
61 a 90 dias	62,24%	53,98%
91 a 120 dias	25,03%	67,45%
121 a 180 dias	68,76%	74,12%
181 a 360 dias	87,99%	85,77%
Mais de 360 dias	91,32%	90,20%

Em atendimento as restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, descritas na Nota explicativa nº 1.2, a Companhia deixou de suspender, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	184.387	115.243
Provisão para perdas de crédito esperadas	186.600	106.086
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(129.820)	(36.942)
Em 31 de dezembro	241.167	184.387

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário da Covid-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual nº 46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de algumas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

8. Tributos a recuperar

	2020	2019
PIS e COFINS ^(a)	21.857	26.706
FINSOCIAL ^(b)	-	36.057
ICMS a recuperar ^(c)	3.820	5.007
Contribuição social ^(d)	-	10.722
Imposto de Renda Retido na Fonte ^(e)	3.460	3.419
Outros	457	1.618
	29.594	83.529
Circulante	27.963	45.372
Não circulante	1.631	38.157
	29.594	83.529

(a) Refere-se principalmente a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizados os valores estimados.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado em 2019. Em novembro de 2020, a Companhia recebeu um valor total de R\$ 34.999. Após apurado o valor efetivamente recebido, a Companhia efetuou um estorno no montante de R\$ 2.069 em seu resultado financeiro reconhecido a maior até o momento do seu recebimento definitivo.

(c) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível no montante de R\$ 3.820 (R\$ 5.007 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 2.189 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.631 com expectativa a longo prazo.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

(e) Refere-se à retenção na fonte, sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

	2020	2019
Obrigações de fundo de pensão	105.079	113.650
Provisão para perdas de crédito esperadas	72.139	53.162
Provisão para contingências	84.791	83.169
AVP financeiro	2.434	2.922
Operações com arrendamento mercantil	375	65
Juros e variação monetária Gasius	(4.076)	(4.085)
Provisão de fornecedores	7.593	8.579
Outras	267	1.021
Ativo não circulante	268.602	258.483

Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas de crédito esperadas	Provisão para contingências
Em 31 de dezembro de 2019	113.650	53.162	83.169
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	3.505	18.977	1.622
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	(12.076)	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	105.079	72.139	84.791

b) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
2020	-	24.846
2021	24.846	26.917
2022	32.467	31.059
2023	34.388	35.200
2024	38.973	41.411
2025	45.850	28.988
2026	32.095	70.062
A partir de 2027	59.983	-
	268.602	258.483

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

IR e CS diferidos ativos sobre

AVP financeiro	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
2.922	65	(4.085)	8.579	1.021	258.483
(488)	310	9	(986)	(754)	22.195
-	-	-	-	-	(12.076)
2.434	375	(4.076)	7.593	267	268.602

10. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante).

Esta última é controlada pela Criteria Caixa SAU (24% do capital votante), pela Rioja Bidco Shareholdings, S.L.U. (20% do capital votante) e pela GIP III Canary 1 SARL (20% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar				
Controladora indireta:				
Naturgy Energy Group S.A. ^(a)	82	-	18	1.435
Controle Comum:				
Gás Natural Serviços Integrales ^(b)	-	-	-	531
Gás Fenosa Engineering ^(c)	-	-	34	-
Gás Natural Informática ^(d)	-	1.362	336	5.367
Naturgy IT S.L. ^(e)	-	-	109	6.552
CEG Rio S.A. ^(f)	578	-	19.663	25
Lean Corporate Services S.L. ^(g)	-	-	6	322
LEAN Customer Services S.L. ^(h)	-	-	7	632
Lean Grids Services S.L. ⁽ⁱ⁾	-	252	2	333
Gás Natural São Paulo Sul S.A. ^(j)	-	-	441	-
Gás Natural Serviços S.A. ^(k)	45	-	1.466	212
Gás Natural do Brasil S.A. ^(l)	12	-	24	-
	717	1.614	22.106	15.409
JCP e dividendos				
Naturgy DL S.A. ^(m)	-	47.338	-	-
Pluspetrol Energy ^(m)	-	1.972	-	-
Dinâmica energia ^(m)	-	8.359	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ^(m)	-	30.202	-	-
Outras partes relacionadas ^(m)	-	195	-	-
	-	88.066	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	717	89.680	22.106	15.409
Em 31 de dezembro de 2019	498	262.331	21.964	19.757

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar				
Controladora indireta:				
Naturgy Energy Group S.A. ^(a)	107	112	7	1.789
Controle Comum:				
Gás Natural Serviços Integrales ^(b)	-	157	-	1.724
Gás Fenosa Engineering ^(c)	-	-	68	-
Naturgy Informática ^(d)	-	29.707	-	16.234
CEG Rio S.A. ^(f)	333	-	18.948	10
Gás Natural São Paulo Sul S.A. ^(l)	-	-	444	-
Gás Natural Serviços S.A. ^(k)	44	-	2.469	-
Gás Natural do Brasil S.A. ^(l)	14	-	28	-
	498	29.976	21.964	19.757
JCP e dividendos				
Naturgy DL S.A. ^(m)	-	125.311	-	-
Pluspetrol Energy ^(m)	-	5.221	-	-
Dinâmica energia ^(m)	-	21.435	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ^(m)	-	79.949	-	-
Outras partes relacionadas ^(m)	-	439	-	-
	-	232.355	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	498	262.331	21.964	19.757

Os saldos referem-se substancialmente de:

- (a) Contratação de serviços econômicos financeiros abrangendo tesouraria, contas a pagar e operativa contábil; o contrato foi assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPC espanhol mais 0,5% e Sujeito a variação cambial (Euro). Contrato encerrado em 2020, com a contratação da IBM para prestação do serviço; Contrato de ressarcimento de salários para funcionários expatriados em atividade no Brasil e funcionários Brasil em atividade no exterior.
- (b) Contratação de serviços abrangendo os âmbitos de leitura, faturamento de grandes clientes e call center; o contrato foi assinado pelo período de cinco anos com prorrogação automática pelo período inicialmente pactuado; o valor do serviço é apresentado até o mês de dezembro de cada ano, com um orçamento anual estimado para o ano seguinte. Contrato encerrado em 2020, com a contratação da IBM para prestação do serviço.
- (c) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço; o contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2022 e reajustado anualmente pelo IPCA.
- (d) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária, pois a cada ano é constituído um novo aditivo.
- (e) Prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (f) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
- (g) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (h) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (i) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de sustentação dos sistemas de negócios e suporte a processos; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).
- (j) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. O contrato estará em vigor até 31/12/2022, sendo atualizado anualmente pelo IPCA.
- (k) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA. Contrato de locação de sistema de climatização, reajustado anualmente pelo IGP-M.
- (l) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.
- (m) Pagamento de dividendos e JCP.

Contratação de executivos

A Companhia possui conhecimento que a Sociedade Gás Natural São Paulo Sul, Sociedade Controlada pelo Grupo Naturgy, contratou em 2019 os serviços de consultoria, por prazo determinado, dos executivos Jorge Henrique Baeta; Miguel Marcelo Napolitano e Bruno Armbrust. Os referidos contratos findaram-se em 2020, pelo decurso do tempo, não havendo renovação.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

11. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Honorários de membros dos conselhos	2.702	2.936
Honorários de diretoria estatutária	6.723	6.802
Planos de aposentadoria e pensão	163	152
Outros benefícios	883	734
	10.471	10.624

12. Depósitos judiciais

	2020	2019
ICMS	4.257	4.411
INSS ^(a)	17.092	16.868
Imposto de renda	6.264	6.150
Processo administrativo - SRF ^(b)	8.208	8.102
CIDE ^(c)	12.223	11.826
Penhora judicial ^(d)	16.256	14.523
Trabalhistas ^(e)	8.169	8.797
Ação cível ^(f)	12.196	11.334
	84.665	82.011

(a) Refere-se a depósito para recursos de autos de infração de INSS. A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia. O processo se encontra em fase de levantamento para após ser dado baixa. (Nota Explicativa nº 21.a.i).

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais – DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE (Nota Explicativa nº 21.a.i).

(d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 2.459) e cíveis (R\$ 13.797).

(e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.

(f) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

13. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos ^(a)	Servidões de passagem ^(b)	Software
Saldos em 1º de janeiro de 2019	93.969	70	55.105
Aquisição	-	-	14.736
Baixa líquida	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	785
Amortização	(11.276)	(45)	(17.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	82.693	25	53.567
Custo total	136.735	3.628	179.470
Amortização acumulada	(54.042)	(3.603)	(125.903)
Valor residual	82.693	25	53.567
Saldos em 1º de janeiro de 2020	82.693	25	53.567
Aquisição	-	-	10.446
Baixa líquida	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	1.716
Amortização	(11.276)	(12)	(20.181)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.417	13	45.548
Custo total	136.735	3.628	191.632
Amortização acumulada	(65.318)	(3.615)	(146.084)
Valor residual	71.417	13	45.548

(a) Contrato para exploração de serviços públicos referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.890	26.696	1.400	26.197
Aquisição	-	-	-	37.733
Baixa líquida	-	-	-	-
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-
Amortização	-	(1.368)	(82)	(22.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.890	25.328	1.318	41.488
Custo total	1.890	55.091	11.569	197.641
Amortização acumulada	-	(29.763)	(10.251)	(156.153)
Valor contábil atual	1.890	25.328	1.318	41.488
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.890	25.328	1.318	41.488
Aquisição	-	-	-	29.181
Baixa líquida	-	-	-	(14)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-
Amortização	-	(1.357)	(82)	(23.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.890	23.971	1.236	46.947
Custo total	1.890	55.091	11.569	226.808
Amortização acumulada	-	(31.120)	(10.333)	(179.861)
Valor contábil atual	1.890	23.971	1.236	46.947
Taxas anuais de amortização (em anos)	-	10	30 a 20	10 e 20

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 659 (R\$ 1.602 em 31 de dezembro de 2019) à taxa média de 4,23% (7,47% em 31 de dezembro de 2019).

Diferido	Contrato de concessão ^(c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Software em desenvolvimento ^(d)	Total
-	1.982.669	2.131.813	65.889	784	2.198.486
-	41.185	55.921	97.694	1.544	155.159
-	(13)	(13)	-	-	(13)
-	86.348	87.133	(86.348)	(785)	-
-	(99.717)	(128.097)	-	-	(128.097)
-	2.010.472	2.146.757	77.235	1.543	2.225.535
439.748	3.274.545	4.034.126	77.235	1.543	4.112.904
(439.748)	(1.264.073)	(1.887.369)	-	-	(1.887.369)
-	2.010.472	2.146.757	77.235	1.543	2.225.535
-	2.010.472	2.146.757	77.235	1.543	2.225.535
-	34.457	44.903	92.649	173	137.725
-	(14)	(14)	-	-	(14)
-	126.008	127.724	(126.008)	(1.716)	-
-	(102.827)	(134.296)	-	-	(134.296)
-	2.068.096	2.185.074	43.876	-	2.228.950
439.748	3.434.996	4.206.739	43.876	-	4.250.615
(439.748)	(1.366.900)	(2.021.665)	-	-	(2.021.665)
-	2.068.096	2.185.074	43.876	-	2.228.950

Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
5.616	5.779	2.145	1.909.323	3.623	1.982.669
918	225	-	472	1.837	41.185
-	-	(10)	(3)	-	(13)
-	-	-	86.348	-	86.348
(2.043)	(1.145)	(1.040)	(69.686)	(1.911)	(99.717)
4.491	4.859	1.095	1.926.454	3.549	2.010.472
35.105	19.548	20.437	2.915.868	17.396	3.274.545
(30.614)	(14.689)	(19.342)	(989.414)	(13.847)	(1.264.073)
4.491	4.859	1.095	1.926.454	3.549	2.010.472
4.491	4.859	1.095	1.926.454	3.549	2.010.472
1.316	55	-	513	3.392	34.457
-	-	-	-	-	(14)
-	-	-	126.008	-	126.008
(1.826)	(1.047)	(618)	(72.274)	(1.915)	(102.827)
3.981	3.867	477	1.980.701	5.026	2.068.096
36.421	19.603	20.437	3.042.389	20.788	3.434.996
(32.440)	(15.736)	(19.960)	(1.061.688)	(15.762)	(1.366.900)
3.981	3.867	477	1.980.701	5.026	2.068.096
5	10	5	30	Diversas	

14. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações variam entre um e oito anos enquanto veículos é de um ano. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % A.A
1 a 3 anos	9,95 e 10,75
4 a 9 anos	8,45 e 11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2020, são de R\$ 14.148 no ativo e R\$ 15.259 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

14.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2019	Adição	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2020	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	47	-	-	(11)	36	5,42
Edificações	9.008	11.570	(2.137)	(4.467)	13.974	3,12
Veículos	354	-	-	(216)	138	1,69
Total - ativo de direito de uso	9.409	11.570	(2.137)	(4.694)	14.148	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.394	2.297
PIS/COFINS potencial	221	213

14.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2019	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa (**)	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2020
Terrenos	49	5	-	-	(9)	(5)	40
Edificações	9.181	906	11.570	(2.702)	(2.995)	(906)	15.054
Veículos	369	24	-	-	(204)	(24)	165
Total - passivo de arrendamento	9.599	935	11.570	(2.702)	(3.208)	(935)	15.259

(*) Adição referente ao novo contrato de locação de imóvel firmado neste exercício correspondente a mudança de endereço da sede corporativa para a Barra da Tijuca.

(**) Baixas referentes aos distratos de três contratos de locação de imóveis, sendo o mais relevante correspondente a filial situada na Barra da Tijuca.

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	10	30	40
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	4.056	10.998	15.054
Veículos	Fixa	10,75	165	-	165
Total - obrigação por arrendamento			4.231	11.028	15.259

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2021	Janeiro de 2022 a dezembro de 2025	Janeiro de 2026 em diante	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	14	34	-	48	40
Edificações	5.022	9.195	3.607	17.824	15.054
Veículos	165	-	-	165	165
Total	5.201	9.229	3.607	18.037	15.259

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2020, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.690.

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 4.694 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 935.

15. Fornecedores

	2020	2019
De gás (a)	232.192	323.513
De materiais	2.502	8.244
De serviços	52.508	55.065
	287.202	386.822

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 14º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 10 de dezembro de 2019 no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

16. Empréstimos e financiamentos

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.175.140	999.618
	1.175.140	999.618
Total do passivo		
Circulante	415.629	101.395
Não circulante	759.511	898.223
	1.175.140	999.618

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Data da Operação	Vencimento
Banco Bradesco S.A.	CDI +1,2503%	05/09/2018	20/05/2021
	CDI+1,2503%	05/10/2018	03/06/2022
	CDI+1,20%	18/03/2019	19/08/2022
	CDI+1,20%	03/05/2018	16/04/2021
	CDI+1,20%	On Demand	On Demand
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+4,95%	13/04/2020	08/04/2021
	CDI+1,15%	07/08/2019	07/08/2023
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2019	14/11/2022
	CDI+4,81%	24/03/2020	24/03/2021
	CDI+0,95%	On Demand	On Demand
	CDI+4,80%	07/04/2020	06/04/2021
ING Bank	CDI+1,30%	15/06/2018	15/06/2021
	CDI+3,90%	20/04/2020	15/04/2021
Banco Intesa San Paolo	CDI+2,75%	08/07/2020	08/07/2022
Banco Itaú	CDI+1,20%	19/09/2019	19/09/2022
	CDI+0,95%	14/11/2019	14/11/2022
	CDI+3,05%	23/03/2020	23/03/2021
	CDI+3,95%	06/04/2020	06/04/2021
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	11/12/2019	12/01/2023
	CDI+1,25%	18/06/2018	21/06/2021

(a) Novas operações realizadas durante o exercício de 2020.

(b) Operações repactuadas durante o exercício de 2020.

(*) Lc - Linha de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia o saldo a descoberto da Companhia é R\$ 35.858, conforme demonstrado em Nota Explicativa nº 6.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2020	2019
2021	-	180.000
2022	549.511	508.223
2023	210.000	210.000
	759.511	898.223

Mapa de movimentação dos empréstimos

	2020	2019
Saldo inicial	999.618	902.779
Captação	213.700	206.000
Captação conta garantia	-	35.858
Amortizações	(35.858)	(110.000)
Juros provisionados	49.037	61.339
Juros pagos	(52.395)	(92.678)
Custo a amortizar	(1.501)	(3.866)
Custos amortizados no período	2.539	186
Saldo final	1.175.140	999.618

	Lc (*)	31/12/2020		31/12/2019	
		Curto Prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
	100%	51.037	-	2.163	50.000
	100%	3.055	160.000	6.430	160.000
	100%	2.824	100.000	5.623	100.000
	100%	51.217	-	2.459	50.000
	100%	-	-	6.685	-
	100% ^(a)	31.577	-	-	-
	100%	1.812	150.000	3.874	150.000
	100%	358	99.319	120	98.749
	100% ^(a)	36.968	-	-	-
	100%	-	-	29.173	-
	100% ^(a)	24.324	-	-	-
	100%	50.906	-	1.886	50.000
	100%	31.289	-	-	-
	100% ^(b)	908	40.000	41.864	-
	100%	386	44.800	126	106.000
	100%	379	105.392	779	43.474
	100% ^(a)	46.774	-	-	-
	100% ^(a)	51.670	-	-	-
	100%	119	60.000	166	60.000
	100%	30.026	-	47	30.000
		415.629	759.511	101.395	898.223

17. Tributos a recolher

	2020	2019
ICMS	31.802	51.862
IRPJ e CSLL a pagar	80.119	55.848
COFINS	8.507	8.359
PIS	1.845	1.781
CS/PIS/COFINS terceiros	2.179	2.167
INSS terceiros	510	785
ISS terceiros	1.020	1.033
Outros	5.450	6.531
	131.432	128.366

18. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	521.297	521.297	546.550	546.550
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(130.324)	(46.917)	(136.638)	(49.190)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre capital próprio	11.751	4.230	18.197	6.551
Adições permanentes (*)	(6.882)	(2.477)	(9.760)	(3.513)
Incentivos fiscais	1.139	-	721	-
Outros	190	68	-	-
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício	(124.126)	(45.096)	(127.480)	(46.152)
Imposto corrente	(140.446)	(50.971)	(139.628)	(50.526)
Imposto diferido	16.320	5.875	12.148	4.374
	(124.126)	(45.096)	(127.480)	(46.152)
Alíquota efetiva	25%	9%	23%	8%

(*) As adições referem-se principalmente a despesas com pessoas jurídicas ligadas e domiciliadas no exterior, que totalizaram em dezembro de 2020 o saldo de R\$ 21.562 (R\$ 25.136 em 31 de dezembro de 2019), aumentando o pagamento dos tributos no montante, aproximado, de R\$ 7.331 (R\$ 8.546 em 31 de dezembro de 2019).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social de R\$ 644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior	
Naturgy Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

19.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia.

c) Reserva especial

Refere-se a parte dos lucros, relativos ao resultado do exercício de 2019 que não foram distribuídos considerando o cenário atual. Esta aprovação poderá ser revista por uma assembleia geral extraordinária, a ser convocada posteriormente em virtude de condições de mercado e da liquidez da companhia.

d) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Conforme aprovação em AGOE realizada em 29 de abril de 2020, o valor de R\$ 72.787 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas, sendo pago em parcela única no dia 31 de julho de 2020.

Outrossim, houve aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$ 25.472 sendo distribuídos a todos os acionistas, e que foram pagos em parcela única em 18 de dezembro de 2020, além da constituição de reserva especial no valor de R\$ 254.988. A proposta de constituição de reserva especial atendeu ao disposto no estatuto social da Companhia, consignado à aprovação do dividendo mínimo obrigatório previsto.

Em AGE, realizada em 3 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta de pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 47.005 a serem pagos em 30 de julho de 2021.

Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	2020	2019
Lucro líquido	352.075	372.918
Constituição da reserva legal	-	(2.652)
Compensação CPC 48	-	(17.020)
Base de cálculo dos dividendos	352.075	353.246
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	88.019	88.312
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(47.005)	(72.787)
Dividendos a pagar	(47.438)	(25.472)
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	27%	28%

e) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O cálculo básico de lucro por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido	352.075	372.918
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias	1,35602	1,43629

Nos exercícios de 2020 e 2019, não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

20. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	2020	2019
Nº participantes Gasius		
Ativos	21	28
Assistidos	1.017	1.017
	1.038	1.045

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam-se como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano de 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A esses ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

	2020	2019
Nº participantes		
Assistidos	11	12

iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

	2020	2019
Nº participantes		
Assistidos	6	12

iv) Plano de saúde para aposentados

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal per capita para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011. Para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

	2020	2019
Nº participantes		
Ativos	189	204
Assistidos	634	629
	823	833

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	2020	2019
Fundo de pensão (Gasius)	2.222	2.214
Assistência médica	9.331	8.992
Plano de aposentadoria do ano 1990	745	773
	12.298	11.979

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2020	2019
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.808	6.274
Prêmio aposentadoria	285	616
Assistência médica para aposentados	244.215	270.828
	250.308	277.718
Circulante	75.121	64.949
Não circulante	175.187	212.769
	250.308	277.718

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2018	218.892
Custos dos juros	20.638
Custo do serviço corrente	1.263
Benefícios pagos	(11.978)
Remensurações das premissas atuariais	48.903
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2019	277.718
Custos dos juros	17.991
Custo do serviço corrente	2.413
Benefícios pagos	(12.298)
Remensurações das premissas atuariais	(35.516)
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2020	250.308

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIU5	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2018	-	6.071	946	211.875
Custo do serviço corrente	168	-	28	1.067
Juros sobre obrigações atuariais	37.112	551	75	20.145
Juros/(rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(44.438)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos)/passivo oneroso	7.194	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	2.178	425	(433)	46.733
Benefícios pagos	(2.214)	(773)	-	(8.992)
Em 31 de dezembro de 2019	-	6.274	616	270.828
Custo do serviço corrente	113	-	17	2.283
Juros sobre obrigações atuariais	31.067	389	31	17.659
Juros/(rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(34.414)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos)/passivo oneroso	3.260	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	2.196	(110)	(379)	(37.224)
Benefícios pagos	(2.222)	(745)	-	(9.331)
Em 31 de dezembro de 2020	-	5.808	285	244.215

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS
Em 31 de dezembro de 2018	470.741
Rendimento esperado	44.438
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	51.734
Contribuições da patrocinadora	2.214
Contribuições dos participantes	275
Benefícios pagos	(36.344)
Em 31 de dezembro de 2019	533.058
Rendimento esperado	34.414
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(55.250)
Contribuições da patrocinadora	2.222
Contribuições dos participantes	210
Benefícios pagos	(38.172)
Em 31 de dezembro de 2020	476.482

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	2020	2019
Renda fixa		
Títulos públicos federais	260.202	310.644
Fundos de investimento de renda fixa	85.138	51.033
	345.340	361.677
Títulos de renda variável	114.160	115.607
Investimento imobiliário	29.768	30.552
Outros ativos	37.016	29.406
	180.944	175.565
	526.284	537.242

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2020	2019
Plano de benefícios - GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	471.500	484.062
Valor justo dos ativos do plano	476.482	533.058
Superavit	(4.982)	(48.996)
Limite assunção de dívida (*)	4.982	48.996
Passivo líquido	-	-

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	2020	2019
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	5.808	6.274
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	285	616
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	244.215	270.828

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios GASIU	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	113	-	17	2.283	2.413
Juros sobre obrigações atuariais	(87)	389	31	17.659	17.992
Benefícios pagos	(2.222)	(745)	-	(9.331)	(12.298)
	(2.196)	(356)	48	10.611	8.107
Resultado abrangente	2.196	(110)	(379)	(37.224)	(35.517)
Imposto de Renda e contribuição social					12.076
Resultado abrangente líquido de impostos					(23.441)

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

Hipóteses econômicas

Taxa de desconto	2,94% a.a.
Crescimentos salariais futuros	1,00% a.a.
Inflação	3,60% a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

21. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2020	2019
Trabalhistas	41.787	42.756
Cíveis	62.584	59.256
Regulatória	2.108	521
Tributárias	142.906	142.081
	249.385	244.614

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2019	Adições	Baixas por reversão/pagamento	Atualização monetária	2020
Trabalhistas	42.756	7.393	(10.243)	1.881	41.787
Cíveis	59.256	2.651	(8.999)	9.676	62.584
Regulatória	521	1.554	(401)	434	2.108
Tributárias	142.081	98	-	727	142.906
	244.614	11.696	(19.643)	12.718	249.385

	2018	Adições	Baixas por reversão/pagamento	Atualização monetária	2019
Trabalhistas	43.918	5.520	(8.535)	1.853	42.756
Cíveis	81.469	6.834	(30.753)	1.706	59.256
Regulatória	2.002	318	(1.900)	101	521
Tributárias	138.537	-	(25)	3.569	142.081
	265.926	12.672	(41.213)	7.229	244.614

A Companhia possui R\$ 84.665 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 82.011 em 31 de dezembro de 2019) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 12).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

a) Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias é a seguinte:

	2020	2019
Esfera		
Federal	140.770	140.126
Estadual	2.126	1.945
Municipal	10	10
	142.906	142.081

i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 12.223 (R\$ 11.826 em dezembro de 2019) e está suportado por depósitos judiciais.

Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro – DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549.

O valor atualizado da causa incluindo multas e juros é de aproximadamente R\$ 466.769 em 31 de dezembro de 2020. Após obter provimento apenas parcial de sua defesa nos âmbitos administrativos e judicial e considerando critério da análise de seus argumentos de defesa, andamento processual e contexto atuais, a Administração da Companhia, no exercício de seu julgamento profissional, entendeu serem prováveis as chances de perda no valor do principal atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 108.330 (R\$ 108.330 em dezembro de 2019), motivo pelo qual o referido montante foi provisionado. Os demais valores inerentes a multas e juros possuem expectativa de perda remota, e, por tal razão, não estão provisionados.

Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3)

Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fev/99 a set/00. A Companhia provisionou o montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 17.092 (R\$ 16.868 em dezembro de 2019). A referida ação transitou em julgado, com decisão desfavorável para a Companhia. O processo se encontra em fase de levantamento para após ser dado baixa.

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorário de êxito em ações judiciais de R\$ 3.497 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.320 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia ainda dispõe de R\$ 1.764 relativos a outras causas com prognóstico provável de perda.

ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 63.208 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 55.887 em 31 de dezembro de 2019).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado desse período, e a não observação da limitação imposta pelo artigo 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$8.842 (R\$ 8.764 em dezembro de 2019).

Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro 2020 é de R\$ 13.102 (R\$ 12.964 em 31 de dezembro de 2019).

Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 20.179 (R\$ 19.885 em 31 de dezembro de 2019).

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal – EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.527.

Os demais processos classificados como possíveis somam R\$ 14.558 (R\$ 14.274 em 31 de dezembro de 2019).

iii) Base de cálculo PIS e COFINS

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento dos valores recolhidos a maior de PIS e COFINS, tendo como base a alteração da metodologia de apuração, excluindo da base de cálculo deste tributo o ICMS, o ISS e o próprio PIS e COFINS.

Com relação à exclusão do ICMS, a Companhia propôs a competente ação mandamental, tendo sido a mesma julgada improcedente. A decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em 2017, a qual considerou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, fundamentou a interposição (2018) de uma ação rescisória, buscando revogar os efeitos do trânsito em julgado e, conseqüentemente, o acolhimento da pretensão da Companhia em ter restituído os valores indevidamente, bem como a suspensão dos recolhimentos presentes. Não há decisão definitiva, seja no âmbito do processo apreciado pelo STF, bem como pela ação individual interposta pela Companhia, o que impede o reconhecimento de tais valores nessa Demonstração Financeira; bem como que, para análise quantitativa dos valores a serem restituídos, torna-se imperioso a definição dos termos e do período em considerado na decisão judicial.

A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, avalia como possibilidade de êxito possível a restituição do tributo pago a maior, em especial após 2017 por força da decisão do STF.

Com relação à exclusão do ISS, a Companhia propôs ação em dezembro de 2019, tendo sido proferida sentença de procedência em fevereiro de 2020. A União interpôs recurso e não há decisão definitiva, o que impede o reconhecimento de tais valores nessa Demonstração Financeira; bem como que, para análise quantitativa dos valores a serem restituídos, torna-se imperioso a definição do período considerado na decisão judicial.

A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, avalia como possibilidade de êxito possível a restituição do tributo pago a maior.

Com relação à exclusão do PIS e COFINS de sua própria base, a Companhia propôs ação em dezembro de 2019. Foi proferida sentença de improcedência no juízo singular, decisão que foi mantida em segunda instância, tendo sido interpostos embargos declaratórios, pendentes de julgamento.

A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, avalia como possibilidade de êxito remota a restituição do tributo pago a maior.

b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2020	2019
Quantidade de ações movidas por		
Ex-empregados CEG	33	35
Ex-empregados terceiros	629	593
Outros (Ministério Público, INSS)	4	13
	666	641

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2020	2019
Ex-empregados CEG	7.231	6.689
Ex-empregados terceiros	34.556	36.067
	41.787	42.756

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2020 R\$ 50.615 (R\$ 48.043 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2020, essas causas totalizam R\$ 62.584 (R\$ 59.256 em 31 de dezembro de 2019). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 16.144 (R\$ 12.928 em 31 de dezembro de 2019) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

d) Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2020, essas causas totalizam R\$ 2.108 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2019). Com destaque para o processo E-33/100.459/2004 que representa o total de R\$ R\$ 1.927 da provisão total.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 790 por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

22. Informações por segmento

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (956.705 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.789 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, *shopping centers* e hotéis), industrial (257 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (4 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (484 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Segmentos	Residencial	Comercial
Volumes m ³ mil (não auditado)	123.649	49.409
Receita bruta	988.646	227.131
Deduções	(207.634)	(48.641)
Receita líquida	781.012	178.490
Custo	(199.966)	(84.339)
Resultado bruto	581.046	94.151
Despesas/receitas		
Resultado antes da tributação		
Provisão p/IR e contribuição social		
Lucro do exercício		

Segmentos	Residencial	Comercial
Volumes m ³ mil (não auditado)	112.699	73.742
Receita bruta	923.990	338.687
Deduções	(194.032)	(72.657)
Receita líquida	729.958	266.030
Custo	(253.228)	(136.547)
Resultado bruto	476.730	129.483
Despesas/receitas		
Resultado antes da tributação		
Provisão p/IR e contribuição social		
Lucro do exercício		

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2020	2019
Receitas de serviços	171.293	130.529
Receitas de serviços taxados	6.794	10.726
Receita de aluguéis	12.631	715
	190.718	141.970

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Margem por segmento em 2020

Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
421.103	9.315	840.343	-	1.721.270	3.165.089
879.114	9.933	1.606.880	97.882	190.718	4.000.304
(170.694)	(2.270)	(347.789)	-	(38.285)	(815.313)
708.420	7.663	1.259.091	97.882	152.433	3.184.991
(604.597)	(7.387)	(1.138.308)	(97.882)	(6.665)	(2.139.144)
103.823	276	120.783	-	145.768	1.045.847
					(544.550)
					521.297
					(169.222)
					352.075

Margem por segmento em 2019

Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
434.927	1.164.017	1.007.213	-	-	2.792.598
1.021.766	967.191	2.238.364	102.662	141.970	5.734.630
(197.976)	(121.376)	(484.466)	-	(33.011)	(1.103.518)
823.790	845.815	1.753.898	102.662	108.959	4.631.112
(708.890)	(779.412)	(1.562.333)	(102.662)	(19.494)	(3.562.566)
114.900	66.403	191.565	-	89.465	1.068.546
					(521.996)
					546.550
					(173.632)
					372.918

23. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	2020	2019
Venda de gás ^(a)	3.711.704	5.489.998
Contratos de construção	97.882	102.662
Outras receitas ^(b)	190.718	141.970
Total receita bruta	4.000.304	5.734.630
(-) ICMS	(445.504)	(661.813)
(-) ISS	(4.774)	(1.750)
(-) PIS	(62.375)	(74.576)
(-) COFINS	(287.303)	(343.504)
(-) Taxa de regulação	(15.357)	(21.875)
Total de deduções	(815.313)	(1.103.518)
Receita líquida	3.184.991	4.631.112

(a) A variação entre a receita de venda de gás em 2020 comparada ao exercício de 2019 decorre, predominantemente, da migração de clientes do segmento termoeletrico conforme descrito no item 1.1 destas demonstrações financeiras.

(b) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, são registradas nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

24. Custo do serviço

	2020	2019
Compra de gás e de serviços	(1.916.169)	(3.369.624)
Custo dos contratos de construção	(97.897)	(102.675)
Custo de pessoal	(17.726)	(20.479)
Custo de amortização do intangível	(107.352)	(69.788)
	(2.139.144)	(3.562.566)

25. Compromissos e contingências

25.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de julho de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 13 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual, de 4.650.000 m³/dia para 4.860.000 m³/dia.

Em 10 de dezembro de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 14 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em diminuir a quantidade diária contratual, para 4.800.000 m³/dia e a adesão a uma nova política de preços, indexada aos preços internacionais do petróleo tipo Brent. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do exercício.

Pelos aditivos nº 13 e nº 14 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu a partir do ano de 2019 e, conseqüentemente, do ano de 2020:

- (i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- (ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

No exercício de 2020, não houve pagamento relacionado à Retirada Mínima Mensal.

25.2. Revisão tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente. O processo de revisão tarifária encontra-se atrasado, aguardando definição da Agência Reguladora.

Em 30 dezembro, foi proferida a Deliberação AGENERSA nº 4.164, a qual reconheceu o direito da Companhia em reajustar a tarifa, no percentual de 24,52%, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021; bem como, considerando os efeitos da pandemia, autorizou que a Companhia procedesse com o reajuste de forma escalonada ao longo do ano, incidindo em fevereiro o percentual de 4% e; para os meses de maio, agosto e novembro, o percentual de 6,2%. Adicionalmente, a deliberação determinou a escrituração paralela, em formato de conta gráfica, para comparação dos valores efetivamente arrecadados com aqueles que seriam devidos se o realinhamento tarifário fosse feito pela adoção dos percentuais ordinários de atualização monetária. Havendo impacto, o mesmo será lançado como compensação no exercício de 2022.

26. Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2020	2019
Despesa de pessoal	(79.597)	(84.057)
Serviços profissionais e contratados ^(a)	(104.959)	(94.463)
Amortização	(31.638)	(62.706)
Serviços e outros gastos	(31.483)	(50.287)
Serviços de manutenção	(37.585)	(40.155)
Utilidades, materiais e serviços	(15.547)	(19.292)
Despesa de vendas	(6.555)	(6.528)
Entidade de previdência privada	(2.413)	(1.263)
Provisões (reversões) líquidas	(45.066)	(7.912)
Provisão para perdas de crédito esperada	(56.780)	(69.144)
	(411.623)	(435.807)

(a) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados à tecnologia da informação e segurança.

27. Outras receitas e despesas, líquidas

	2020	2019
Impostos e taxas (a)	(17.759)	(19.076)
Ganho/perda na alienação de intangível	-	299
Indenização a terceiros	(10.060)	(14.379)
Recuperação/despesa com impostos	(4.563)	(1.622)
Outras receitas operacionais	11.703	13.150
Outras despesas operacionais	(1.757)	(13.187)
	(22.436)	(34.815)

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEFF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016.

28. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.504	6.623
Receita de juros e encargos	6.819	30.233
Atualizações monetárias ativas	1.439	26.228
Outras receitas financeiras	4.155	2.988
	15.917	66.072
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(49.037)	(61.339)
IOF	(3.594)	(299)
Atualizações monetárias passivas	(38.503)	(39.760)
Fiança bancária	(13.613)	(14.417)
Outras despesas financeiras	(1.661)	(1.631)
	(106.408)	(117.446)
	(90.491)	(51.374)

29. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Em milhares
		Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/2020 a 29/10/2021	710.000
Responsabilidade civil geral	29/10/2020 a 29/10/2021	852.000
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/2020 a 29/10/2021	94.000

30. Evento subsequente

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à quarta revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

A Naturgy elaborou, ao longo de todo o processo, ampla oferta técnica de subsídios, estudos de consultorias especializadas e argumentos jurídicos robustos para defender suas propostas, devidamente apresentadas à agência reguladora. No entanto, o Conselho Diretor da casa, por maioria de votos e uma abstenção, não acatou diversos pleitos. A deliberação, publicada em 24 de março não publicada, imputou a esta Distribuidora uma redução na ordem de 13% em sua margem tarifária. A referida decisão terá vigência após 01 de abril de 2021.

A Companhia e seus assessores legais entendem que a referida decisão não se coaduna com a melhor prática legal e apresentará, oportunamente, seus argumentos para a reforma da decisão. Nada obstante a confiança que tal decisão será reformada, a Companhia analisará de forma adequada a referida decisão e adotará medidas de adequações à nova tarifa. A Administração da companhia entende que a redução tarifária não acarretará riscos de descontinuidade da companhia ou a qualidade e segurança dos serviços prestados.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Receita de venda de gás fornecida e não faturada

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. A receita não faturada é estimada para a venda de gás realizada nos últimos dias de cada mês e estornada no mês subsequente quando do efetivo faturamento.

Conforme divulgado na Nota 7, em 31 de dezembro de 2020, essa estimativa totalizou R\$130.888 mil e foi mensurada com base nas projeções de consumo de gás, calculado com base no volume consumido de cada cliente no último mês. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de gás envolve julgamento significativo por parte da Administração na determinação das premissas nas quais as estimativas se suportam, além da magnitude dos montantes envolvidos, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de gás fornecida e não faturada incluíram, entre outros:

- (i) compreensão e documentação do processo de estimativa, incluindo a determinação e revisão das premissas por parte da administração;
- (ii) procedimentos analíticos sobre a movimentação mensal das receitas, utilizando dados desagregados por tipo de receita, para identificar movimentações inconsistentes às nossas expectativas obtidas a partir de nosso conhecimento prévio da Companhia e do setor e que possam indicar potenciais problemas de reconhecimento de receita fora da competência;
- (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de gás realizada e não faturada em dezembro de 2020 considerando:
 - (a) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente;
 - (b) comparação das tarifas utilizadas para valorização da receita por segmento de cliente, com as tarifas determinadas pelo órgão regulador;
 - (c) dias estimados de consumo não faturado por cliente;
- (iv) reconciliação do saldo da receita não faturada com os registros contábeis; e
- (v) seleção, em base amostral de receitas estimadas por cliente para inspeção do documento de última medição realizada no ano, com o objetivo de confirmar que a quantidade de dias estimados por cliente descritos acima é obtida a partir da data da última leitura no medidor de gás.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do passivo atuarial

A Companhia tem planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a empregados e ex-empregados, relativos à assistência médica e plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas e julgamentos para determinação dos valores. Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações atuariais da Companhia totalizam R\$250.308 mil conforme mencionado na Nota 20.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, uma vez que o processo de mensuração desse passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão, crescimentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Essas obrigações são altamente sensíveis a mudanças nessas premissas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização de nosso entendimento dos processos relevantes estabelecidos pela Administração para o cálculo das obrigações relacionadas aos benefícios a empregados. Com o auxílio de nossos especialistas atuariais, obtivemos o entendimento e validamos através de recálculo independente, as principais premissas aplicadas pela Administração através de empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Administração, para o cálculo das obrigações de benefícios a empregados e comparamos as

principais premissas com as aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração desde passivo adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Felipe Sant'Anna Vergete
Contador CRC RJ 106.842/O-6

Parecer do conselho fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e a proposta de Destinação do Resultado de 2020.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 25/03/2021, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 25 de março de 2021.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Renato Achutti

Murici dos Santos

Naturgy 

www.naturgy.com.br